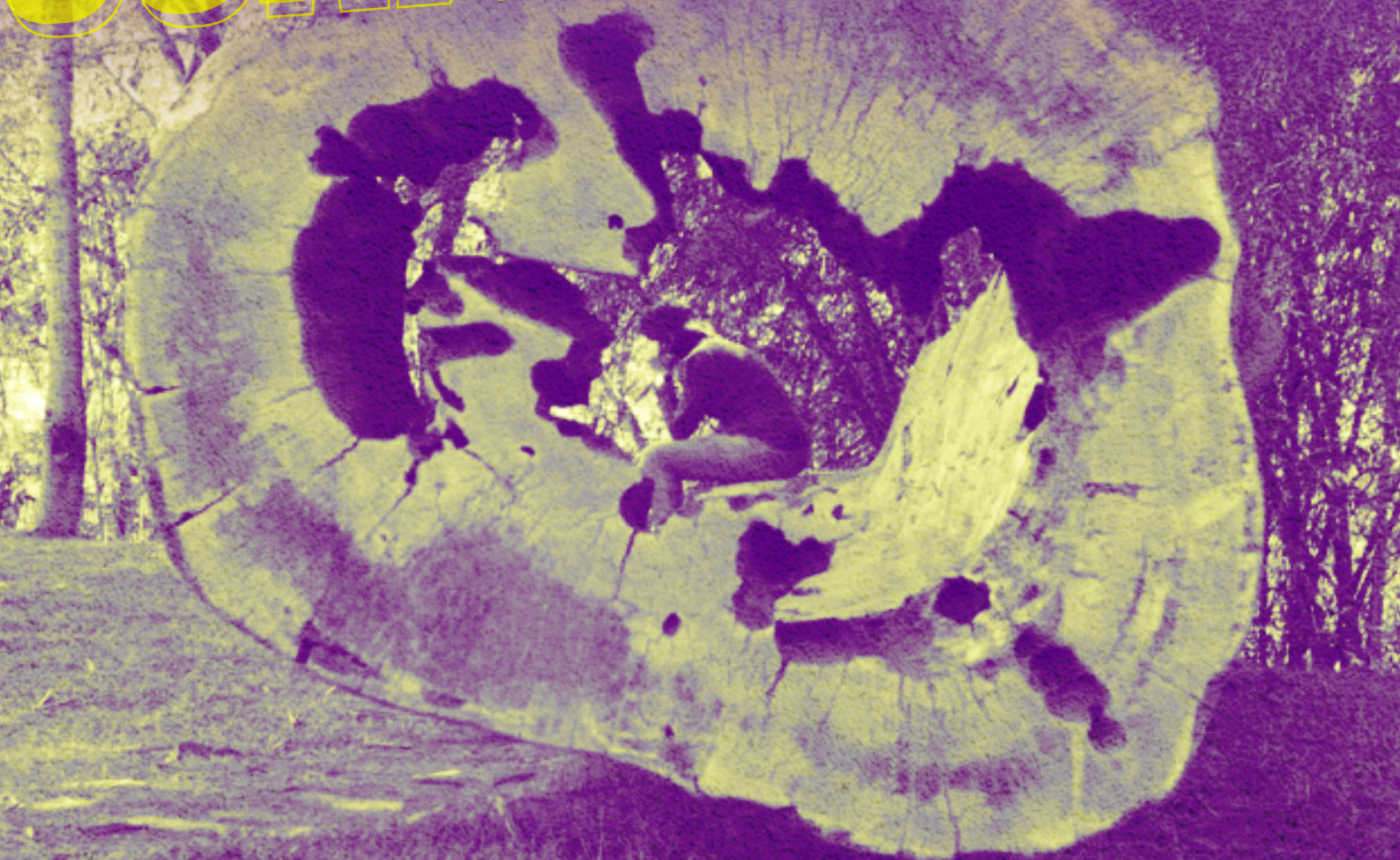


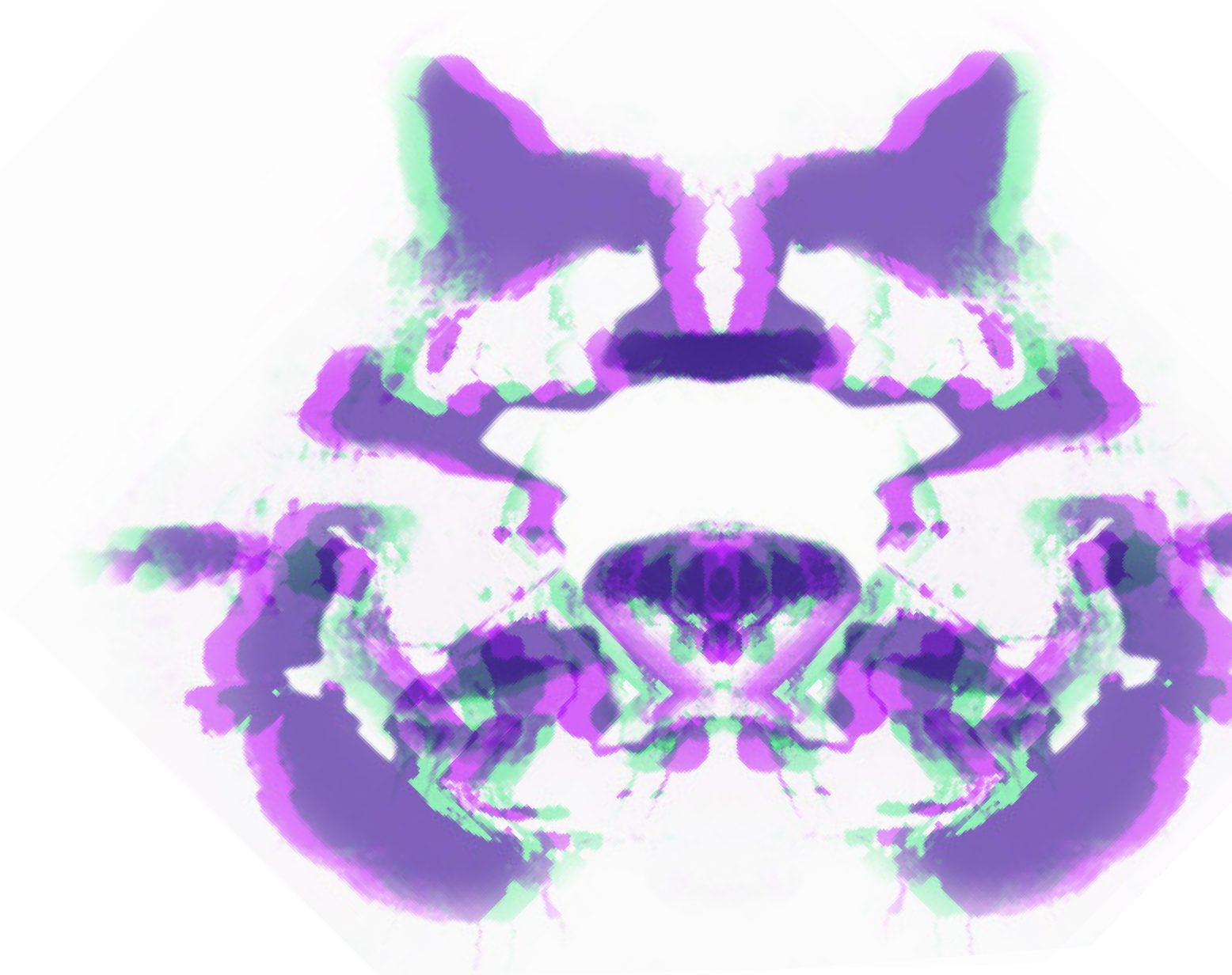
ALMIREZ MARTINS MACHADO • ANDRÉ BRAYNER DE FARIAS • ANDREA POTESTÀ • CARLA RODRIGUES • CARLOS MORUJÃO  
DIRCE SOLIS • EVANDO NASCIMENTO • FÁBIO CAPRIO L. DE CASTRO • FÁBIO CIARAMELLI • FERNANDA MARTINS  
FRANCIS WADE • FRANCISCO FERNÁNDEZ-JARDÓN • GEORGE YANCY • GÉRARD BENSUSSAN  
JEAN-LUC NANCY • JÉRÔME LÈBRE • JUAN CARLOS VELASCO • JUDITH BUTLER • KLINGER SCORALICK (ORG.)  
MARCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACK • MÁRCIO SELIGMANN-SILVA • NILMA LINO GOMES • OLGÁRIA MATOS  
OSWALDO GIACOIA JUNIOR • PABLO DREIZIK • ROBERTO ESPOSITO • SIMON CRITCHLEY • VIRGINIA DE ARAUJO FIGUEIREDO

# FILOSOFIA EM CONFINAMENTO



# JUAN CARLOS VELASCO

É pesquisador do *Instituto de Filosofía del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, IFS-CSIC* (Madrid, Espanha), onde é responsável pelo grupo *Filosofía Social y Política – FISOPOL*. Conduziu vários projetos de pesquisa, sendo que o último deles intitula-se *“Fronteras, democracia y justicia global”* (2019-2022). Autor, dentre outras monografias, de: *La teoría discursiva del derecho* (CEPC, 2000), *Habermas. El uso público de la razón* (Alianza, 2013), e *El azar de las fronteras* (FCE, 2016). Co-editor de *Global Challenges to Liberal Democracy – “Desafíos Globais para a Democracia Progressista”* (Springer, 2013) e *Challenging the Borders of Justice in the Age of Migrations – “Desafiando as Fronteiras da Justiça na Era das Migrações”* (Springer, 2019).





# DESIGUALDADE E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

JUAN CARLOS VELASCO

Tradução: Marcelo Eduardo Braga Jordana

**A** eclosão abrupta de Covid-19 não é uma experiência histórica recorrente. É um choque de magnitude extraordinária e que, felizmente, nem todas as gerações experimentam. Já se acumularam provas suficientes de que não se trata de um buraco mais ou menos profundo, como a crise económica de 2008, mas sim de um desastre que marca uma época.

Além da preocupação com a pressão a que estão sendo submetidos os vários sistemas de saúde, a incerteza gerada pelo “hibernação “ da economia está multiplicando a aflição com a dimensão das consequências sociais imprevisíveis deste flagelo. Todo o sistema social - desde o aparato administrativo até as estruturas económicas - funciona sob premissas de continuidade

de atividade que podem ser satisfeitas nas atuais circunstâncias com dificuldades. O tempo necessário para superar a crise sanitária – seja através de um medicamento eficaz contra a infecção, seja através de uma vacina para a prevenção – dependerá, em grande proporção, do fato de entrarmos ou não numa crise sistêmica. E considerando que cada dia extra conta, não há tempo a perder.

A atual crise sanitária é, em si mesma, uma tragédia com inúmeras vítimas, mas as suas consequências nos conduzirão a uma situação ainda mais letal e trágica. Estamos à beira de uma crise multidimensional, cujas sequelas ainda não sentimos plenamente. É cada vez mais certo que, após os milhares de mortos, haverá milhões de desempregados e, onde não exista um poderoso sistema de cobertura social, milhões de pessoas pobres. Apostar primeiro na vida e depois no emprego é, sem dúvida, a coisa mais sensata a fazer, caso contrário, não haverá nem empregos e nem vidas. Com exceção de alguns governos que estão determinados a minimizar a ameaça e de alguns líderes que, sofrendo de insanidade negacionista, ignoraram as provas científicas, este é o caminho adotado por um grande número de países. Trata-se certamente de uma decisão com um enorme custo social. Se não forem tomadas medidas, existe um risco elevado de que as taxas de pobreza e exclusão aumentem para níveis desconhecidos. A única questão é saber se este custo será encarado de maneira solidária.

As catástrofes trazem as desigualdades à tona. Embora este vírus não compreenda as classes sociais nem as fronteiras e possa, assim, afetar qualquer indivíduo, o impacto social das crises é sentido, com maior intensidade, pelos mais desfavorecidos e, mais ainda, pelas pessoas mais desfavorecidas dos países mais desfavorecidos. Todos perdem, mas não por igual. Num caso de doença infecciosa, a pobreza torna-se um fator de risco decisivo. É quase uma regra inexorável, que se concretiza ao longo da história: as pessoas e os países mais pobres acabam sofrendo mais. O impacto da pandemia tende, na prática, a ser muito assimétrico, uma vez que os meios de que dispõem os diferentes indivíduos e nações para fazer frente a esta pandemia não são os mesmos. A suposta natureza “democrática” da moléstia é apenas aparente. A crise sanitária não é neutra, e muito menos a crise socioeconômica que presumivelmente nos espera.

Se a desigualdade aumentar e a coesão social diminuir, as tensões internas irão proliferar por todos os lados. Para muitas pessoas, a queda no abismo só será evitável se forem postas em prática medidas inspiradas numa redistribuição justa

dos recursos e serviços. Nesta área, talvez a necessidade mais urgente seja a implementação - pelo menos temporariamente - de uma forma de renda mínima vital, que garanta transferências em dinheiro para aqueles que fiquem desprotegidos como consequência da crise. Faz-se necessário levar em consideração que, entre os mais afetados, encontra-se a grande parte da população ativa dos países em desenvolvimento que vive da economia informal. Em termos econômicos, esta medida é também decisiva para manter um certo nível de demanda. No entanto, o seu financiamento exigirá uma tributação mais redistributiva em alguns países.

Mas igualmente importante, senão mais, do que a reação política em âmbito interno é o tipo de resposta apresentada no plano internacional. Neste, também devem ser exercidas a justiça, a solidariedade e a responsabilidade.

Por ser causada por uma pandemia global, a crise atual é um acontecimento que afeta a humanidade como um todo. Este vírus letal surgiu na China, depois espalhou-se pela Europa, atravessou o Atlântico, estendeu as suas garras nefastas pelas Américas e ameaça arrasar a África. Embora o seu âmbito seja global, o seu impacto pode ser muito assimétrico. Se os primeiros países a serem afetados pela pandemia, os países mais desenvolvidos e mais bem equipados, já enfrentam as maiores perturbações econômicas e sociais desde a Segunda Guerra Mundial, não se pode sequer imaginar o cenário dramático em que os países emergentes e em desenvolvimento se encontrarão - onde a desigualdade chega a ser obscena - quando mais cedo ou mais tarde terão de enfrentar esta enorme crise humanitária para a qual os seus débeis sistemas de saúde e de proteção social não estão preparados.

O processo de expansão da pandemia é extremamente dinâmico, além de assíncrono, de modo que ela não afeta todas as partes do planeta da mesma forma nem com o mesmo ritmo. Alguns países já estão a ultrapassar com êxito a fase de contenção, se não de controle, da pandemia, enquanto alguns ainda se encontram nas fases iniciais da pandemia e outros se encontram na fase mais virulenta e mortal. Tal como o vírus não conhece fronteiras, também a sua propagação não pode ser travada sem cooperação transfronteiriça. A Covid-19 nunca será controlada - e continuará, portanto, a ser um risco latente para todos - enquanto não for erradicada de todos os países. As doenças epidêmicas revelam a intensidade da nossa interdependência imunitária. Se, devido aos frágeis sistemas de saúde de alguns países, permanecerem resíduos locais para o vírus, a médio prazo novas ondas pandêmicas irão alastrar-se. Ainda que seja somente por interesse próprio (não

por altruísmo, cujo caminho é, como sabemos, muito estreito em geopolítica, nem por caridade), os países mais prósperos devem agir rapidamente para fazer o que for necessário para ajudar o resto dos países. Num mundo que mantém relações intensas de dependência mútua, a solidariedade sem fronteiras é indispensável.

Se não mudarmos de rumo e nos deixarmos levar pelo que fizemos em crises anteriores, continuaremos presos pelo viés do “nacionalismo metodológico” e continuaremos a pensar nas nossas vidas dentro do estreito marco de entidades territoriais definidas por fronteiras. O artificialismo das nossas fronteiras e as incapacidades do Estado-nação são, entretanto, algumas das provas do que esta pandemia está mostrando a nós. Agora é mais exato do que nunca que os seres humanos não vivem em compartimentos herméticos. E não só estamos interligados e em permanente interação, como somos profundamente ecodependentes. Com o fato de que um simples vírus pode causar uma paralização quase completa das atividades em quase todo o planeta, estamos agora redescobrimos coisas tão óbvias como a fragilidade da espécie humana ou, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos, continuamos a fazer parte da natureza.

Com a crise global desencadeada pela pandemia, surge a questão de saber de que forma a balança vai se desequilibrar, entre o globalismo e o isolacionismo, na política internacional. Estamos experimentando, em tempo real, a colisão frontal entre os dois polos, uma colisão que, para dizer a verdade, já estava latente. Assim, podemos ver que, ao mesmo tempo que muitos governos estão fechando as suas fronteiras, estão descobrindo o quanto precisam do apoio de outros países e organismos multilaterais como a Organização Mundial de Saúde (OMS). Para conter a propagação do vírus e gerir esta crise, faz agora mais sentido para muitos de nós adotar uma perspectiva em escala planetária, ou seja, uma resposta internacional planejada. Em circunstâncias como a atual, é vital dispor de uma agência global capaz de informar e coordenar todos os países. Organizar uma resposta comum global não é uma opção, é uma necessidade. As deficiências identificadas na resposta da OMS não constituem razão para a sua extinção, mas sim para reforçar os seus meios, as suas funções e a sua jurisdição internacional, com o consequente aumento dos fundos pagos pelos países mais prósperos.

Resta saber se a interdependência entre países que emerge diante de uma pandemia que sujeita todos a um destino comum favorece o progresso de uma consciência planetária que reforce os laços de cooperação ou, pelo contrário, desenca-

deia egoísmos particularistas e encoraja o ultranacionalismo, com slogans como *America First* ou *Brasil acima de tudo* (cópias mal feitas do pangermanista *Deutschland über alles*). Resta saber, por fim, se o esforço em prol de um bem comum universal se sobrepõe ou se está sujeito às urgências e necessidades de cada nação em particular. Defender a segurança do próprio país acima de tudo e negar a validade das instituições mundiais, boicotando as suas decisões, só conduzirá a uma crise perpétua. A divisão política do planeta, através das fronteiras, serve como um dispositivo funcional decisivo, capaz de assegurar a perpetuação das vantagens comparativas de que gozam os cidadãos dos países com maiores recursos, ao mesmo tempo que torna endêmicos os danos sofridos pelos menos afortunados.

Embora ainda não esteja escrito como esta crise multifacetada será gerenciada, nem que tipo de políticas serão capazes de vencê-la, é necessário resolver o mencionado dilema entre uma abordagem nacionalista e uma perspectiva cosmopolita. Se o isolacionismo for escolhido e acontecer um reagrupamento nacionalista, a solução será postergada e a crise se agravará. A outra opção, a que considero mais conveniente, é a que se baseia na solidariedade global, fruto da consciência da vulnerabilidade comum, da dependência mútua e da inevitável eco dependência. Já há alguns anos, no seu livro *Der kosmopolitische Blick oder: Krieg ist Frieden* (2004), Ulrich Beck emitiu este veredito preciso: “Em um mundo de crises globais e perigos derivados da civilização, perdem a sua obrigatoriedade as velhas diferenciações entre interior e exterior, nacional e internacional, nós e os outros, sendo necessário um novo realismo, de caráter cosmopolita, para sobreviver” (tradução nossa). E isto também é válido no contexto atual. Se não agirmos com uma estratégia transnacional e não fizermos um esforço global coordenado - por exemplo, no campo da saúde, através da implementação de canais de informação confiáveis sobre a doença e do desenvolvimento de um sistema equitativo (ou pelo menos solidário) de produção e distribuição de equipamento médico - entraremos num cenário verdadeiramente apocalíptico, cujas maiores vítimas serão os países mais pobres, indefesos na sua tentativa de comprar equipamentos médicos nos mercados internacionais infestados por fornecedores sem regras ou garantias.

Uma resposta internacional coordenada permitiria o levantamento essencial das restrições à exportação de suprimentos sanitários para os países periféricos. Para estes países, a preocupação com o colapso dos sistemas de saúde pública é extremamente dramática. Em muitos casos, têm apenas uma pequena reserva que não consegue absorver um choque grave. Em qualquer caso, é crucial que, em tempos

de pandemia, seja privilegiada a saúde de todos os seres humanos que povoam a Terra, para que a eventual vacina contra o vírus seja considerada um bem público global e esteja, portanto, disponível para todos os países, sem que ninguém goze de acesso preferencial em detrimento de outros.

Na América Latina, tal como em outras regiões do Sul global, a Covid-19 revela as deficiências estruturais do atual modelo econômico e as deficiências dos sistemas de proteção social. Dependendo da forma como estas tensões, tanto domésticas quanto globais, forem resolvidas, poderá emergir um novo equilíbrio de forças que torne possível um contrato social mais justo, beneficiando a todos. Tal como aconteceu com outras crises importantes, a crise provocada pelo coronavírus pode acelerar dinâmicas que foram vislumbradas antes da emergência sanitária e econômica e ser o catalisador deste novo estado de coisas. Se há décadas em que nada de relevante acontece, há também semanas em que acontece tantas coisas quanto em décadas completas.

Embora tenhamos de ser céticos quanto aos processos coletivos de esclarecimento, o contexto sem precedentes de uma pandemia cujos efeitos ainda não conhecemos é uma oportunidade para aprender: seria certamente uma aprendizagem pelo choque. Será que vamos tirar lições práticas desta crise epidemiológica? Será que vamos aprender a não desatar os frágeis laços que nos ligam a todos os seres humanos, onde quer que vivamos, bem como a toda a humanidade com o resto da biosfera? Além da mudança de certas atitudes básicas, algumas medidas concretas não podem ser adiadas. É óbvio que é necessário mais investimento na pesquisa médica e, sobretudo, na construção e manutenção de um sistema de saúde pública sólido e que não deixe ninguém de fora, tanto nos períodos de emergência, quanto nos períodos de normalidade. Além desta lição essencial, deveríamos aprender que devem ser produzidos determinados materiais sanitários local ou regionalmente, para que não se repita a escassez que ocorreu com respiradores ou máscaras no início da atual pandemia. Um sistema de produção mais diversificado, partilhado por todos os Estados de cada região do planeta, é essencial frente a uma pandemia, mas também para atenuar efeitos das alterações climáticas, outra crise que está à espreita.

A humanidade acabará derrotando esta pandemia e esperemos que seja o mais cedo possível, entretanto, temos agora de pensar na gestão da pós-pandemia, um período que poderá estender-se enormemente. Dadas as dificuldades previ-



síveis que muitos países terão para reconstruir o seu tecido econômico e social, é igualmente necessário implementar, neste terreno, uma cooperação internacional decisiva, ainda que seja somente devido ao caráter global das cadeias de abastecimento e de produção.

Para impedir a expansão da Covid-19, sucumbiu-se, em não poucos lugares, à tentação do autoritarismo e de uma vigilância quase panóptica. A noção de biopolítica tornou-se mais intuitiva para todos, mas também mais ameaçadora. Estamos agora mais conscientes da possibilidade de um regime antiprogressista de controle da população. O cálculo utilitarista, mesmo darwinista, também tem estado presente na gestão desta imensa crise sanitária. Temendo a pandemia, a população está inclinada a submeter-se à “servidão voluntária” e a aceitar o confinamento rigoroso sem qualquer hesitação, mas nenhuma autoridade deve esquecer que esta atitude é alheia aos pressupostos democráticos. Neste domínio, é crucial que as severas restrições à liberdade sejam estritamente temporárias, para que não se tornem álibis para subverter a democracia e alargar as margens admissíveis de controle e repressão.

Aproxima-se um período particularmente difícil para os Estados e para a economia e, por conseguinte, para as pessoas. A deterioração dos serviços públicos e a precariedade do emprego serão comuns. Nem uma mudança para o autoritarismo nem o reagrupamento nacionalista são respostas aceitáveis ao forte descontentamento que, sem dúvida, se fará sentir quando o desemprego e a pobreza aumentarem. Neste contexto, são necessários outros tipos de valores, instituições e políticas públicas. Auxiliar de forma significativa aos países emergentes e em desenvolvimento a enfrentar uma crise humanitária desta envergadura tornou-se um imperativo categórico, como diria o velho Kant.

Se os problemas pertencem a todos, as soluções não podem ser apenas para o “nós” que compõe cada entidade estatal. Se há uma globalização dos riscos, também deve haver uma globalização dos instrumentos adequados para lidar com eles. A melhor forma de nos protegermos das ameaças comuns a que todos estamos expostos é construir um “governo global”, o que implica avançar na transferência de soberania da esfera estatal para instituições supranacionais, para poder alargar a escala das decisões. Mas como fazer prevalecer os postulados kantianos no meio de um mundo que ainda pensa de maneira hobbesiana?